

SUMÁRIO

Apresentação	11
Prefácio	13
Introdução	15
1. Apresentação do tema	15
2. Plano do trabalho	16

Capítulo 1

A concepção do Estado Democrático de Direito, 19

1.1. Noção	19
1.2. O processo histórico rumo ao Estado Democrático de Direito	23
1.2.1. O Direito Romano	23
1.2.1.1. O primeiro renascimento do Direito Romano ..	37
1.2.1.2. O segundo renascimento do Direito Romano ..	37
1.2.1.3. O Direito Romano no Ocidente	39
1.2.1.4. O Direito Romano e o Direito Português	40
1.2.1.5. O Direito Romano e o Direito Brasileiro	41
1.2.1.6. A origem da prescrição no Direito Romano: modo de extinção da obrigação	42
1.2.2. A conquista dos direitos humanos fundamentais ...	44
1.2.3. Princípios penais constitucionais que orientam o Estado Democrático de Direito	51
1.2.3.1. Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal ...	54
1.2.3.2. Princípio da determinação taxativa	58
1.2.3.3. Princípio da irretroatividade	58
1.2.3.4. Princípio da Culpabilidade	60
1.2.3.5. Princípio da intervenção mínima	62
1.2.3.6. Princípio da Humanidade	66

1.2.3.7. Princípio da pessoalidade ou incontagiabilidade da pena	78
--	----

Capítulo 2

O poder-dever e o limite do estado de punir em uma concepção democrática de direito, 81

2.1. O poder-dever e o direito subjetivo de punir	81
2.1.1. Direito penal subjetivo	84
2.1.2. direito penal objetivo	86
2.1.3. direito ou dever do Estado de punir?	87
2.2. Os fundamentos do direito de punir	88
2.2.1. Teorias absolutas, relativas e mistas	91
2.2.2. Teoria de <i>Binding</i>	92
2.2.3. Os sistemas e teorias de direito positivo e a posição de Tobias Barreto	93

Capítulo 3

Extinção da punibilidade, 97

3. Considerações gerais	97
3.1. Causas extintivas da punibilidade	100

Capítulo 4

Prescrição, 103

4. Apresentação do instituto	103
4.1. Definição	104
4.2. Teorias que procuram fundamentar o instituto da prescrição	107
4.2.1. Teoria do esquecimento	109
4.2.2. Teoria da expiação moral	110

4.2.3. Teoria da dispersão da prova	111
4.2.4. Teoria da emenda	112
4.2.5. Teoria psicológica	113
4.2.6. Conclusão e posicionamento acerca das teorias	114
4.3. natureza jurídica da prescrição	120
4.4. Histórico evolutivo da prescrição	120
4.4.1. A prescrição no direito comparado	121
4.4.2. A prescrição no direito brasileiro	123
4.4.2.1. Brasil Colônia	123
4.4.2.2. Brasil Império	123
4.4.2.3. Brasil República	125
4.4.2.4. A Consolidação das Leis Penais	126
4.4.2.5. Reforma: a busca de mudanças até o Código Penal de 1940. A reforma penal de 1984 e a Constituição de 1988	127
4.5. Espécies de prescrição	131
4.5.1. Prescrição da pretensão punitiva	131
4.5.1.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita (CP art. 109)	132
4.5.1.2. Prescrição da pretensão punitiva superveniente (ou subsequente ou intercorrente) (CP, art. 110, § 1º)	133
4.5.1.3. Prescrição da pretensão punitiva retroativa (CP, art. 110, §§ 1º e 2º)	134
4.5.1.4. Diferença entre prescrição superveniente e prescrição retroativa	134
4.5.2. Prescrição executória (CP, art. 110, <i>caput</i>)	134
4.5.3. Prescrição da pena de multa (CP, art. 114)	135
4.5.4. Considerações gerais sobre o instituto da prescrição ..	135
4.5.5. Causas interruptivas da prescrição (CP, art. 117) ..	136
4.5.6. Causas impeditivas (ou suspensivas) da prescrição (CP, art. 116)	137

4.5.7. Prescrição no concurso formal e crime continuado ...	138
4.5.8. Prescrição nos crimes falimentares.....	138
4.5.9. Prescrição nos crimes de imprensa (Lei n. 5.250/67)	139
4.5.10. Prescrição e medida de segurança	139
4.5.11. Prescrição Penal Retroativa: histórico e considerações	142
4.5.11.1. Prescrição penal retroativa: legítima ou ilegítima no direito brasileiro?	147

Capítulo 5

Prescrição da pretensão punitiva (retroativa) antecipada, virtual ou projetada, 153

5. Noção	153
5.1. Os argumentos favoráveis à prescrição retroativa “antecipada” ou “virtual”	153
5.1.1. Falta de interesse de agir.....	154
5.1.1.1. Prescrição antecipada no curso da ação penal....	155
5.1.2. O princípio da economia processual.....	156
5.1.3. O constrangimento ilegal causado pelo processo penal.....	156
5.1.4. A instrumentalidade do processo	158
5.1.5. O fundamento lógico da prescrição antecipada	160
5.1.6. O funcionalismo penal	160
5.2. Os argumentos contrários à prescrição penal “antecipada” ou “virtual”	162
5.2.1. Princípio da legalidade	162
5.2.1.1. Posicionamento dos defensores da visualizada prescrição e o princípio da legalidade	164
5.2.2 O devido processo legal	164
5.2.3. O princípio da obrigatoriedade	165

5.2.3.1. Posicionamento dos defensores da visualizada prescrição e o devido processo legal	167
5.2.4. O princípio do contraditório e o da ampla defesa ...	168
5.2.5. Princípio do estado de inocência	168
5.2.5.1. Posicionamento dos defensores da prescrição antecipada e o princípio do estado de inocência....	169
5.2.6. O direito a uma sentença de mérito e a correta prestação jurisdicional	170
5.2.6.1. Posicionamento dos defensores da prescrição antecipada e a sentença de mérito	170
5.2.7. <i>A mutatio libelli e emendatio libelli</i>	170
5.2.7.1. Posicionamento dos defensores da prescrição antecipada e a <i>mutatio libelli</i>	171
5.2.8. As circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal)	172
5.2.8.1. Posicionamento dos defensores da prescrição antecipada e as circunstâncias judiciais	172
5.2.9. Os efeitos civis da sentença penal	173
5.2.9.1. Posicionamento dos defensores da prescrição antecipada e os efeitos civis da sentença penal	174
5.2.10. Nosso posicionamento	175
5.2.10.1. Breves considerações	176
5.2.10.2. Os fins da pena	179
5.2.10.3. O Direito Penal e o Direito Administrativo .	182
5.2.10.4. A Administração Pública	183
5.2.10.4.1 A Teoria do Risco Administrativo: Responsabilidade Civil do Estado	188
5.2.10.5. O art. 5º da Constituição Federal como cláusula pétrea	189
5.2.10.6. A antecipação de tutela jurisdicional: art. 273, do Código de Processo Civil	190
5.2.10.7. Deduções pontuais	191

5.2.10.8. Observações aos argumentos favoráveis à prescrição penal antecipada	193
5.2.10.8.1. A falta de interesse de agir e prescrição antecipada no curso da ação	193
5.2.10.8.2. A economia processual	201
5.2.10.8.3. O constrangimento ilegal causado pelo processo penal	205
5.2.10.8.4. Circunstâncias Judiciais e o fetichismo da pena mínima	206
5.2.10.8.5. A instrumentalidade do processo; o fundamento lógico da prescrição antecipada; o funcionalismo penal	209
Principais conclusões	215
Anexo/Jurisprudência	223
Referências bibliográficas	315